

ABORDAGEM DOS PROFISSIONAIS DE SAÚDE DO SISTEMA ÚNICO DE SAÚDE FRENTE À VIOLÊNCIA INFANTIL

Gisele Almeida Soares de Gois¹; Luan Araujo Freitas Melo¹; Héryka Wanessa Do Nascimento Rolim¹; André Luís Belmiro Moreira Ramos¹; Michele Araujo da Costa oliveira¹; Layza de Souza Chaves Deininger²

¹ Graduando (a) em Medicina, FCM-PB/Afya, João Pessoa, Paraíba.² Professora doutora em Modelos de Decisão em Saúde, FCM-PB/Afya, João Pessoa, Paraíba.

DOI: 10.47094/IICOLUBRAIS2022/84

PALAVRAS-CHAVE: Abuso de crianças. Trabalhadores da saúde. Assistência à saúde.

ÁREA TEMÁTICA: Saúde da criança.

INTRODUÇÃO

A violência é caracterizada por danos físicos e/ou mentais que podem acarretar em prejuízo no desenvolvimento, lesão e até a morte de outra pessoa, de si mesmo ou de um grupo (OMS, 2002). Considerada um grave problema na sociedade e um desafio para saúde pública, a violência ganha destaque quando acontece contra a criança, já que se trata de uma população vulnerável nos aspectos físico, emocional, cognitivo e social, provocando um impacto no seu desenvolvimento e uma série de consequências na vida adulta.

Nesse âmbito, a classificação da violência infantil foi dividida pela Organização Mundial de Saúde (OMS) em quatro tipos: abuso emocional ou psicológico, abuso físico, abuso sexual e negligência, os quais podem resultar em uma variedade de danos na saúde física e mental, além de prejudicar o crescimento, desenvolvimento e maturação das crianças (OMS, 2006). No Brasil, a notificação tornou-se uma estratégia no enfrentamento deste tipo de violência, visto que a partir dela procedem ações de proteção, promoção, prevenção de reincidências e estabelecimento de uma linha de cuidado às vítimas no âmbito das redes de atenção à saúde (EGRY et al, 2018). Por isso, também é imprescindível que os profissionais de saúde estejam aptos a abordar, reconhecer e lidar com as vítimas de violência e suas famílias (ZAMBON, 2012).

Assim, diante da magnitude dessa situação, o estudo em questão objetivou analisar as produções científicas relacionadas à capacitação dos profissionais de saúde do SUS no processo de enfrentamento da violência infantil no período entre os anos de 2017 e 2021.

METODOLOGIA

Com o objetivo de sistematizar o estudo, utilizou-se a metodologia de revisão integrativa (RI) objetivando a análise e sumarização dos estudos científicos publicados sobre questões envolvendo a assistência de profissionais de saúde no contexto da violência infantil. Sendo assim, identificou-se a necessidade de novas pesquisas científicas no contexto em questão para que a temática seja melhor discutida (Mendes, Silveira & Galvão, 2008; Zimmermann, Siqueira & Bohomol, 2020).

Inicialmente, foi proposta a seguinte questão norteadora: Os profissionais de saúde do SUS estão preparados para abordar e cuidar de crianças vítimas de violência?. A partir disto, foi realizada a pesquisa de estudos científicos, relacionados à questão proposta, nas bases de dados SciELO e LILACS, em Outubro de 2022. Para a pesquisa em questão, foram utilizados os seguintes descritores: (Violência Infantil) AND (assistência à saúde) AND (profissional de saúde).

A partir dos resultados obtidos, selecionou-se estudos nos idiomas português, publicados nos últimos 5 anos, disponíveis integralmente. Ademais, foram excluídas as dissertações e estudos que não estivesse dentro do âmbito da questão norteadora.

RESULTADOS E DISCUSSÕES

Na base de dados LILACS, via BVS, ao utilizar a combinação proposta, foram encontrados 46 estudos, resultando em 22 artigos científicos após a aplicação dos filtros descritos na seção anterior. Destes, foram analisados os títulos e resumos, bem como outros critérios de inclusão e exclusão, restando 11 artigos selecionados para a composição deste estudo. Na biblioteca virtual SciELO, para a mesma combinação, foi localizado 1 artigo, que já tinha sido selecionado na outra base de dados utilizada neste estudo.

Os estudos analisados definem bem o conceito de violência contra a criança. Sabe-se que as práticas de violência acontecem em variadas situações e contextos, constituindo uma séria problemática cultural, social e na área da saúde. No tocante a violência infantil, os artigos estudados a caracterizam como qualquer ação ou omissão por parte dos familiares, pessoas responsáveis, estabelecimentos públicos e privados e sociedade, que gere danos às crianças. Essa violência pode ser de natureza física, psicológica, sexual ou por atos de negligência (EGRY et al., 2017; FREITAS et al., 2020; SANTOS et al., 2019).

No que diz respeito às regulamentações de proteção, a notificação compulsória dos casos suspeitos ou confirmados de agressão infantil está regida como instrumento de proteção da criança, sendo obrigatória por parte dos profissionais de saúde, professores ou responsáveis pelo estabelecimento de saúde, escolas e creches. No mais, cabe ressaltar a importância do registro adequado das agressões, o que auxilia na promoção e proteção da criança por parte da equipe de saúde (EGRY et al., 2017; SANTOS et al., 2019).

Em relação a participação dos profissionais da saúde, sabe-se que Sistema Único de Saúde (SUS) desempenha o papel de identificação, acolhimento, atendimento, notificação e orientação de crianças e adolescentes em situação de violência, bem como convive com o desafio de lidar com questões estruturais, éticas, ideológicas e culturais.

Os profissionais em contato com a violência apresentam sentimento de impotência com relação à baixa resolutividade desses casos, como também o medo à exposição do paciente pediátrico e consequências futuras. Isso se configura por meio da frustração e sobrecarga emocional, tendo em vista a dificuldade de manejo da criança e do adolescente com a família, bem como, o impasse de uma oferta adequada de cuidado integral. Nota-se que os trabalhadores da saúde vivem em uma dualidade de razão e emoção, dado que o contexto de violência infantil, em sua maioria, é causado por um membro da família, todavia, tais sentimentos não devem interferir no atendimento desses casos (EGRY et al., 2017; FREITAS et al., 2021; SILVA et al., 2019.)

Nesse contexto, observa-se a falta de preparo por parte dos profissionais para lidar com essa questão, o que indica a necessidade de adquirir uma melhor compreensão do fenômeno da violência infantil na especificidade em que ocorrem. Concomitantemente, são identificadas dificuldades na articulação da rede de proteção, bem como a falta de insumos apropriados para execução de uma assistência adequada, o que acaba por gerar uma imperícia por parte dos profissionais na condução e identificação dos casos de casos, conseqüentemente acarreta dificuldade

em uma abordagem familiar satisfatória (PFEILSTICKER, et al., 2021).

Ademais, as equipes de atenção básica (AB) se apresentam como um instrumento valioso para a identificação dessas situações, desde que bem capacitadas, sendo a visita domiciliar uma das atividades de assistência bastante eficazes (FREITAS et al., 2021).

O contexto de violência infantil é uma realidade difícil de ser manejada, entretanto, é papel do profissional de saúde desempenhar práticas de cuidado, educação e pesquisa, a fim de que se obtenha mais detalhes do caso, cuidando aquém dos ferimentos físicos, a ampliação dos conhecimentos é indispensável, de forma prioritária no sentido de qualificar o modo de compreender e atuar mediante essas situações. Além de ter função de ordenação das ações, descentralizando e articulando possíveis intervenções, é necessária uma abordagem multidisciplinar para melhor entendimento do contexto na qual a criança ou adolescente está inserido, atuando com estratégias dirigidas para cada caso (SOUZA et al., 2022).

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Por meio dessa revisão integrativa observou-se as experiências vivenciadas pelos profissionais de saúde tendo em vista a violência infantil. Pode-se afirmar que estes profissionais têm um papel fundamental no combate a este tipo de violência em razão da obrigatoriedade da notificação compulsória de casos suspeitos ou confirmados.

Neste sentido foi observado que muitos dos profissionais de saúde precisam de um melhor preparo para atuarem na rede de proteção infantil, evitando assim uma assistência desqualificada ou omissa, que foca apenas no cuidado da doença, negligenciando a assistência a problemas psicossociais. Dessa forma, se faz necessária um estudo mais aprofundado sobre a atuação dos profissionais do SUS no âmbito da violência infantil com o intuito de reformulação de ações que preparem melhor esses profissionais, uma vez que eles apresentam limitações na forma de exercer seu papel, com conhecimentos insuficientes na identificação de casos de violência, e quando identificam, de como agir diante da situação.

PRINCIPAIS REFERÊNCIAS

EGRY, Emiko Yoshikawa et al. Coping with child violence in primary care: how do professionals perceive it?. Brasília: Rev Bras Enferm., 2017.

FREITAS, Rodrigo Jacob Moreira de et al. Assistência dos profissionais de saúde às crianças e adolescentes em situações de violência. Ribeirão Preto: Ed. port., 2020.

FREITAS, Rodrigo Jacob Moreira de et al. Violência intrafamiliar contra criança e adolescente: o papel da enfermagem. Rio de Janeiro. Rev. Fun Care Online. 2021

PFEILSTICKER, Francis Jardim et al. Desafios no atendimento à saúde da criança por médicos da Estratégia de Saúde da Família. Rio de Janeiro. Rev Bras Med Fam Comunidade [Internet]. 2021